

## **A FORMAÇÃO DO INSTRUTOR AGRÍCOLA E AS REPRESENTAÇÕES EM TORNO DO MEIO RURAL À LUZ DAS PRÁTICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA DE BARBACENA MG (1933-1947)**

Ana Carolina de Almeida Bergamaschi | IF Sudeste MG/UFMG

Parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, este trabalho analisou as proposições de políticas voltadas para o trabalhador do meio rural no Brasil, por meio de estudos sobre o projeto de ensino agrícola brasileiro, considerando, especialmente, o processo de organização da Escola Agrícola de Barbacena, Minas Gerais, no período de 1933 a 1947. O ensino agrícola teve a sua primeira organização em 1910, quando o Decreto nº 8.319 instituiu o ensino agrônômico e aprovou o seu regulamento, época em que criou-se o Aprendizado Agrícola de Barbacena. Nos anos 1930, esse ensino passou por uma série de reformulações, porém, apesar da criação da pasta da Educação, continuou submetido ao Ministério da Agricultura até a década de 1960. O período histórico da pesquisa abrange o momento de mudança do então Aprendizado para Escola Agrícola, no ano de 1933, quando torna-se escola média de agricultura e estabelecimento modelo para a formação de “instrutores agrícolas”, até o ano de 1947, quando a mesma escola passa a denominar-se Escola Agrotécnica. O objetivo deste estudo é analisar os debates promovidos pela pasta da agricultura, que culminaram na reorganização do ensino agrícola, ocorrido na década de 1930, e as concepções em torno do meio rural que foram tecidas no âmbito das políticas de ensino agrícola, empreendidas pelo Ministério da Agricultura entre 1933 e 1947. Para isso, analisou-se as seguintes fontes escritas: vinte teses publicadas pela pasta da agricultura, na década de 1920, que debateram os problemas do ensino agrícola e a necessária criação da escola média de agricultura; relatórios da pasta da Agricultura; além de documentos que abarcam as práticas escolares da Escola Agrícola de Barbacena. Para compreender as concepções e discussões relativas às tensões entre o campo e a cidade, tendo em vista ser este o conflito que permeou os argumentos para elaboração de políticas públicas de ensino rural, privilegiamos as discussões empreendidas no campo da Sociologia Rural; para compreender os tensionamentos e os conflitos que demandaram a transformação de aprendizados em escolas agrícolas, com vistas à modernização do campo, foram fundamentais os estudos no campo da História Política. Como resultados, constata-se que a partir de representações desqualificadoras em torno das condições sociais do meio rural, as proposições educacionais da pasta da Agricultura, pautadas em princípios científicos, pretendiam difundir uma nova forma de organização para o meio rural às custas da modernização dos processos agrícolas. Nesse sentido, verifica-se a proposição de um projeto educacional hierarquizado, decorrente de propostas diferenciadas para distintas categorias sociais, o qual perdurou até pelo menos fins da década de 1940, quando a Lei Orgânica do Ensino Agrícola regulamentou esse ensino.